

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.996 - SP (2019/0096340-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : FABRICIO DE OLIVEIRA TIBURCIO**  
**ADVOGADOS : JAIR VISINHANI - SP045170**  
**EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI - SP127964**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por FABRÍCIO DE OLIVEIRA TIBÚRCIO, à decisão de fls. 142/143, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Em que pese o pleito defensivo de dilação de prazo para a regularização processual do subscritor do reclamo especial interposto (e-STJ fl. 133), bem como a posterior juntada de instrumento de mandato (e-STJ fls. 130/131), em nosso entender, deve ser DECLARADA A R. DECISÃO MONOCRÁTICA à luz do documento constante à fl. 28, uma vez que se trata de procuração outorgada para o subscritor do recurso constitucional, conferindo-lhe, pois, poderes para intentar revisão criminal, com o consequente processamento e provimento do especial (fls. 148/149).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a retirar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Impende ressaltar que, em se tratando de procuração ao subscritor do recurso especial, ou ao subscritor do agravo em recurso especial, a regular cadeia de representação deveria estar demonstrada no momento da apresentação dos referidos recursos, o que não aconteceu no caso concreto, porque, a parte ora Embargante, no momento da interposição dos recursos, não procedeu à juntada da cadeia completa de procuração e/ou substabelecimento conferindo poderes ao referido subscritor.

Porém, o Código de Processo Civil abre a possibilidade de regularização posterior do vício de representação, nos termos do art. 76, c.c. o art. 932, parágrafo único.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante dessa premissa, foi percebido, nesta Corte, que o subscritor do recurso, Dr. Eugênio Carlo Balliano Malavasi, não tinha procuração nos autos, razão pela qual houve a intimação da parte Embargante para que o referido vício fosse sanado (fls. 127).

Apesar disso, mesmo tendo sido regularmente intimada para efetuar o saneamento, a parte apenas trouxe a petição de fls. 131, em que junta aos autos nova procuração, mas que não trazem o nome do causídico, subscritor do recurso especial, em nenhum dos documentos carreados. Assim, não houve a devida regularização do feito.

Veja-se que não basta, na petição de regularização, que a parte traga nova procuração, de advogados diversos dos subscritores anteriores, ratificando o ato processual pretérito. Essa providência é insuficiente, uma vez que trata de ratificação desconexa com os atos anteriores.

É vital perceber que a ratificação não é propriamente a realização de um novo ato, ignorando-se o ato que já foi praticado. Ratificar significa confirmar, reafirmar o que foi dito.

Dessa forma, a abertura de prazo para regularização da representação do subscritor do recurso, nesta instância especial, nos termos do art. 76, c.c. o art. 932, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, bem como nos ditames da interpretação conjunta do Enunciado da Súmula nº. 115/STJ, tem razão de ser no sentido de que a ratificação possível, nos termos da intimação para trazer aos autos a procuração dos subscritores anteriores, é uma complementação, uma reiteração de uma vontade já manifestada, uma confirmação do ato anteriormente praticado.

A possibilidade de saneamento, da correção de um defeito, não pode ignorar o ato já praticado, mas, ao contrário, tem que oportunizar a ratificação desse ato. Nesse sentido, a intimação para regularização é expressa no sentido que se traga aos autos a procuração dos subscritores originais, uma vez que o marco processual, que se leva em consideração para fins de verificação de regularidade da representação processual, é o momento da interposição do recurso.

Assim, a regularização da representação processual que se considera válida deve guardar pertinência com o subscritores originários, não bastando a mera ratificação por outros procuradores.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente